HELOISA LEONOR BUIKA

**MEDIAÇÃO: UMA PARAJURISDIÇÃO NO SISTEMA
JUDICIAL BRASILEIRO**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Doutor José Carlos Baptista Puoli

Dupla titulação com a Universidade de Salamanca

Coorientador: Professor Catedrático Fernando Martín Diz

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

HELOISA LEONOR BUIKA

**MEDIAÇÃO: UMA PARAJURISDIÇÃO NO SISTEMA
JUDICIAL BRASILEIRO**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração de Direito Processual Civil, sob a orientação do Professor Doutor José Carlos Baptista Puoli.

Dupla titulação com a Universidade de Salamanca

Coorientador: Professor Catedrático Fernando Martín Diz

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Buika, Heloisa Leonor

Mediação: uma parajurisdição no sistema judicial brasileiro /
Heloisa Leonor Buika. -- São Paulo, 2019.

217 p. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito,
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Orientador: José Carlos Baptista Puoli.

Dupla titulação com a Universidade de Salamanca
Coorientador: Fernando Martín Diz

1. Mediação. 2. Parajurisdição. I. Puoli, José Carlos Baptista, orient.
II. Martín Diz, Fernando, coorient. III. Título.

À minha filha Samantha, amiga de toda a vida...

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, Professor Doutor José Carlos Baptista Puoli e Professor Catedrático Dr. Fernando Martín Diz, pela amizade, confiança e conselhos, sem os quais a pesquisa não se concluiria.

A todos os que, direta ou indiretamente, colaboraram no aperfeiçoamento e execução deste estudo, em especial aos professores da Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: Dr. Antonio Carlos Marcato, Dr. Cândido Rangel Dinamarco, Dr. Fabio Guidi Tabosa Pessoa, Dr. Heitor Vitor Mendonça Sica, Dr. José Roberto dos Santos Bedaque, Dr. Marcelo José Magalhães Bonizzi, Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro, Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon, Dr. Ricardo de Barros Leonel.

BUIKA, Heloisa Leonor. *Mediação*: uma parajurisdição no sistema judicial brasileiro. 2019. 217 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. Dupla titulação – Universidade de Salamanca.

RESUMO

A mediação no Brasil foi implantada por lei e é uma adaptação de técnicas negociais visando a composição consensual de conflitos, o que desafia a comunidade jurídica a discutir e compreender o seu significado, na medida em que esse método está explicitamente inserido como uma atividade técnica que compõe um procedimento necessário e essencial no processo judicial, consoante as regras instituídas na Lei de Mediação (Lei n.º 13.140/2015) e no Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015), ambos com início de vigência em 2016, definindo o marco legal da mediação brasileira. Na constatação da existência de um entrelaçamento entre a mediação e a jurisdição, torna-se necessário abordar a problemática de saber se é possível caracterizar a mediação como um instituto parajurisdicional de resolução adequada de conflitos, de forma que se preserve a consistência do conceito de jurisdição, impedindo que haja confusão desta com a mediação, eis que esta, a despeito de sua função pacificadora (similar à da jurisdição), se realiza por método diverso (não impositivo). Questiona-se, ainda, a diferenciação entre a conciliação e a mediação, eis que, na prática, tais atividades se confundem e ambas objetivam o consenso. Propõe-se, por fim e em vista disso, a modificação de artigos do Código de Processo Civil e da Lei da Mediação, com a supressão de parágrafos e sugestão de aperfeiçoamento em alguns de seus dispositivos.

Palavras-chave: Mediação. Parajurisdição.

BUIKA, Heloisa Leonor. *Mediação: uma parajurisdição no sistema judicial brasileiro*. 2019. 217 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. Dupla titulação – Universidade de Salamanca.

ABSTRACT

Mediation was introduced in Brazil by law and consists of an adaptation of negotiating techniques aimed at securing mutual dispute settlements. As such, the instrument challenges the legal community to consider and understand its significance, to the extent the method is explicitly prescribed as a technical activity and a necessary and essential procedure of judicial proceedings, pursuant to the provisions governing the matter in the Mediation Act (Lei de Mediação – Law No. 13,140/2015) and the Brazilian Code of Civil Procedure (Law No. 13,105/2015), both of which entered into effect in 2016 and formally establish the legal framework for mediation in Brazil. In the light of the connection between mediation and jurisdiction, addressing the issue is required for purposes of determining whether mediation can be defined as an adequate para-judisdictional dispute settlement instrument, in a manner that preserves the substance of jurisdictional fora and prevents their comingling with the practice of mediation, which, notwithstanding its pacifying role (similar to that of legal jurisdictional fora), is applied by different means (i.e. without mandatory imposition). An additional matter warranting consideration is the distinction between conciliation and mediation, insofar as the two activities intersect in practice and aim to achieve consensus. Finally, and in the light of the above, amendment of the Brazilian Code of Civil Procedure and of the Mediation Act is proposed, specifically through the removal of specific clauses and recommended improvements to others.

Keywords: Mediation. Para-jurisdiction.

BUIKA, Heloisa Leonor. *Mediação: uma parajurisdição no sistema judicial brasileiro*. 2019. 217 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. Dupla titulação – Universidade de Salamanca.

RIASSUNTO

La mediazione in Brasile è stata stabilita dalla legge ed è un adattamento di tecniche di negozi mirando la composizione consensuale di contrasti, il che sfida la comunità giuridica a discutere e comprendere il suo significato, nella misura in cui questo metodo è esplicitamente inserito come un'attività tecnica che compone un procedimento necessario ed essenziale nel processo giudiziario, in conformità con le regole istituite nella Legge di Mediazione (Legge n. 13.140/2015) e nel Codice di Procedura Civile (Legge n. 13.105/2015), entrambe in vigore dal 2016, definendo l'intera legislazione della mediazione brasiliana. Nella constatazione dell'esistenza di un intrecciamento tra la mediazione e la giurisdizione, si rende necessario affrontare la problematica di sapere se è possibile caratterizzare la mediazione come un istituto para-giurisdizionale di risoluzione adeguata di contrasti, in modo a preservare la consistenza del concetto di giurisdizione, impedendo che si faccia confusione della stessa con la mediazione, ecco che questa, a dispetto della sua funzione pacificatrice (similare a quella della giurisdizione), si realizza per metodo diverso (non impositivo). Si questiona, inoltre, la differenziazione fra la conciliazione e la mediazione, giacché, nella pratica, tali attività si confondono ed entrambe hanno come obiettivo il consenso. Si propone, infine e in vista di ciò, la modifica di articoli del Codice di Procedura Civile e della Legge della Mediazione, con la soppressione di paragrafi e suggestione di perfezionamento in alcuni dei suoi dispositivi.

Parole-chiave: Mediazione. Para-giurisdizione.

BUIKA, Heloisa Leonor. *Mediação: uma parajurisdição no sistema judicial brasileiro*. 2019. 217 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. Dupla titulação – Universidade de Salamanca.

RESUMEN

La mediación en el Brasil fue implantada por ley y es una adaptación de técnicas de negocio buscando la composición consensual de conflictos, lo que desafía la comunidad jurídica a discutir y comprender su significado, en la medida en que ese método está explícitamente inserido como una actividad técnica que compone un procedimiento necesario y esencial en el proceso judicial, consonante con las reglas instituidas en la Ley de Mediación (Ley n.º 13.140/2015) y en el Código de Proceso Civil (Ley n.º 13.105/2015), ambos con inicio de vigencia en 2016, definiendo el marco legal de la mediación brasileña. En la constatación de la existencia de un entrelazamiento entre la mediación y la jurisdicción, se vuelve necesario abordar la problemática de saber si es posible caracterizar la mediación como un instituto parajurisdiccional de resolución adecuada de conflictos, de forma que se preserve la consistencia del concepto de jurisdicción, impidiendo que haya confusión de esta con la mediación, ya que ésta, a despecho de su función pacificadora (similar a la de la jurisdicción), se realiza por método diverso (no impositivo). Se cuestiona, también, la diferenciación entre la conciliación y la mediación, ya que, en la práctica, tales actividades se confunden y ambas buscan el consenso. Se propone, por fin y en vista de eso, la modificación de artículos del Código de Proceso Civil y de la Ley de la Mediación, con la supresión de párrafos y sugestión de perfeccionamiento en algunos de sus dispositivos.

Palabras clave: Mediación. Parajurisdicción.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ADRs – Alternative Dispute Resolutions

CC – Código Civil

CE – Comunidade Europeia

CEJUSC – Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos

CJRA – Civil Justice Reform Act

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNUDMI – Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional

CPC – Código de Processo Civil

ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

IPAM – Instituto Paulista de Magistrados

LEC – Ley de Enjuiciamiento Civil

MAS – Mediation Settlement Agreement

MASCs – Meios Alternativos de Solução de Conflitos

MESCs – Meios Extrajudiciais de Solução de Conflitos

NCPC – Novo Código de Processo Civil

NUPEMECS – Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

OUA – Organismo Unitario dell'Avvocatura Italiana

PON – The Program in Negotiation at Harvard Law School

RADs – Resolução Apropriada de Disputas ou Resolução Alternativa de Disputas

TAR – Tribunale Amministrativo Regionale (Itália)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A MEDIAÇÃO NO BRASIL: UMA ADAPTAÇÃO INSTRUMENTAL DE TÉCNICAS NEGOCIAIS	17
1.1 ATIVIDADE JURISDICIONAL.....	17
1.1.1 <i>Os escopos da jurisdição</i>	25
1.2 BREVE HISTÓRICO DOS MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	29
1.3 MEDIAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA NO SISTEMA JURISDICIONAL	33
1.4 “CRISE DE JUSTIÇA” OU CRISE DE JURISDIÇÃO	36
2 EVOLUÇÃO DA MEDIAÇÃO E SUA CONSTRUÇÃO TEÓRICA NOS EUA E NA UNIÃO EUROPEIA	49
2.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA MULTIPORTAS OU DE “CENTRO DE JUSTIÇA” ..	52
2.2 TEORIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DA MEDIAÇÃO	53
2.3 MEDIAÇÃO EM PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA.....	58
2.3.1 <i>O exemplo italiano</i>	69
2.3.2 <i>O modelo de mediação espanhol</i>	79
2.3.3 <i>A mediação portuguesa</i>	92
3 FORMAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL (MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – MASCS).....	97
3.1 TIPOLOGIA DO CONFLITO E SUA COMPREENSÃO	99
3.2 PROCESSO JUDICIAL	103
3.3 PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL: ÂMBITO DO JUDICIÁRIO E CÂMARAS PRIVADAS	106
3.3.1 <i>Arbitragem: uma jurisdição privada</i>	109
3.3.2 <i>Negociação</i>	111
3.3.3 <i>Justiça conciliativa e mediação</i>	113
3.3.3.1 Escolas e modelos de mediação	121
3.3.3.1.1 <i>Mediação tradicional-linear (Escola de Harvard)</i>	123
3.3.3.1.2 <i>Mediação transformativa (Bush e Folger)</i>	125

3.3.3.1.3 Mediação circular-narrativa (Sara Cobb).....	128
3.3.4 <i>Similaridades e diferenças entre a conciliação e a mediação</i>	129
4 A MEDIAÇÃO COMO POTENCIAL DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	131
4.1 MARCO LEGAL, METODOLOGIA DA MEDIAÇÃO NO BRASIL E SUA CARÊNCIA TEÓRICA	135
4.2 UM NOVO ENFOQUE PARA A MEDIAÇÃO: UM SISTEMA COORDENADO DE PARAJURISDIÇÃO DIRECIONADO À SOLUÇÃO DE CONFLITOS	138
4.2.1 <i>A obrigatoriedade da audiência de mediação ou conciliação</i>	139
4.2.1.1 O paradoxo da obrigatoriedade da audiência de conciliação/mediação e o princípio da voluntariedade	141
4.2.1.2 Da necessidade da audiência de conciliação ou mediação	147
4.2.1.3 A antinomia entre o Código de Processo Civil e a Lei de Mediação	148
4.3 A MEDIAÇÃO COMO TÉCNICA INSTRUMENTAL DE PARAJURISDIÇÃO NO SISTEMA PROCESSUAL	152
4.3.1 <i>Princípio da cooperação e a atividade da mediação</i>	153
4.4 CONCEITO DE PARAJURISDIÇÃO NO PROCEDIMENTO DA MEDIAÇÃO.....	157
4.4.1 <i>Efetividade jurídica: entrelaçamento jurisdicional e parajurisdicional pela mediação</i>	166
4.5 PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA	170
4.5.1 <i>Proposta de supressão</i>	172
4.5.2 <i>Proposta de aperfeiçoamento</i>	174
4.5.2.1 Proposta de aperfeiçoamento do § 5.º do artigo 167 do Código de Processo Civil	174
4.5.2.2 Proposta de aperfeiçoamento: “sessão”, em vez de “audiência”	175
4.5.2.3 Proposta de aperfeiçoamento do artigo 24 da Lei n.º 13.140/2015 ..	176
4.5.3 <i>Proposta de supressão das palavras “conciliação” e “conciliadores” dos artigos que compõem a Seção V do CPC</i>	176
CONCLUSÃO.....	181
REFERÊNCIAS.....	187
ANEXO I.....	205
ANEXO II.....	213

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, marcada pelo avanço da tecnologia informacional, do alto consumo, da livre-iniciativa privada, da valorização da dignidade da pessoa humana e do desenvolvimento e institucionalização de regimes democráticos em vários países ocidentais, e também em virtude do aumento populacional, as relações humanas e econômicas foram atraindo diversos tipos de disputas e conflitos, que inexistiam anteriormente. Tudo isso, de alguma forma, afetou a ordem jurídica e o sistema judiciário, impondo desafios na estrutura legal e na sua operabilidade. Por essa razão, várias estratégias e mecanismos legais foram elaborados para minimizar impactos e injustiças.

Nesse cenário, o Brasil, observando programas de ordem internacional que objetivam a pacificação social, criou políticas públicas e programas de desenvolvimento humano, promovendo diversas alterações e atualizações em sua legislação¹ objetivando amenizar a crise do Poder Judiciário² – alto índice de processos judicializados sem a correspondente infraestrutura, sem recursos humanos adequados e sem condições econômicas suficientes para solucioná-los.

Criam-se então políticas nacionais judiciárias visando reduzir o grande número de processos em trâmite e evitar tantos outros a serem ajuizados. Nessa empreitada, o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça editaram a Resolução n.º 125/2010, estabelecendo diretrizes gerais a respeito da formação de mediadores e conciliadores e orientando sobre o procedimento de mediação e conciliação para a solução de conflitos na esfera judiciária e em espaços vinculados a ela.

Sob um discurso político-ideológico de cultura de paz e pacificação social, as primeiras experiências com a mediação e conciliação no Brasil, consideradas inicialmente meios extrajudiciais de resolução de demandas e disputas, por adotar, num processo de adaptação, técnicas de negociação da mediação realizada nos Estados Unidos, apresentaram-se sem uma metodologia condizente com aquelas experiências, visto que a mediação norte-americana decorre de uma prática que se aprimorou num percurso de trinta

¹ Lei n.º 13.105, de 13 de março de 2015 (NCPC); Lei n.º 13.140, de 26 de junho de 2015 (Lei de Mediação).

² GRINOVER, Ada Pellegrini. A crise do Poder Judiciário. *Revista de Direito da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo*, n. 34, p. 1, dez. 1990.

anos, entre as décadas de 60 a 90 do século XX, acompanhada de pesquisas e construção conceitual de diversas técnicas negociais que estruturam todo o arcabouço da mediação como um método e uma arte no desenvolvimento do diálogo e do consenso.

Quantitativamente, a intensificação da busca por formas alternativas de resolução de conflitos visa a diminuição da excessiva carga de processos que abarrotam o Judiciário, ou seja, objetiva maximizar o andamento processual e minimizar o tempo de duração dos processos e seu alto custo. No aspecto qualitativo, os meios alternativos de solução consensual de conflitos visam atingir um dos escopos da jurisdição, que é a pacificação social.

No entanto, a experiência norte-americana com a mediação, embora tenha base na redução de ingresso de processos judiciais, não guarda correspondência com a exigência de minimização de processos judiciais no contexto brasileiro. A nossa tradição cultural está centrada no processo judicial, no qual as partes litigam buscando uma sentença judicial que lhes seja favorável, proferida por um juiz que decide a controvérsia de maneira impositiva. As habilidades dos advogados são avaliadas pela eloquência de suas palavras ao defenderem os interesses de seus clientes, tanto no modo de redigir suas petições quanto oralmente nas audiências, e uma das formas de autodefesa sempre foi confrontar a parte adversária. Os operadores do direito estudam o melhor método de aplicar a legislação prescrita relativa ao caso concreto, na busca de sair vencedor com uma sentença favorável aos interesses de seu cliente.

A inovação do processo civil brasileiro oriunda da introdução dos meios alternativos de solução de conflitos contrastando com a tradição cultural de busca da solução judicial que a afeta sobremaneira, sendo necessária uma mudança radical de mentalidade, visando a implantação de uma cultura diametralmente oposta, ou seja, uma cultura de pacificação,³ em que será priorizada a autocomposição para a solução das controvérsias.

A mediação nos Estados Unidos tem como substrato maior o fator econômico de custo e benefício relativo ao ingresso de demanda no Poder Judiciário, tendo em vista a onerosidade de custear ações judiciais, ao passo que a importação da atividade técnica da

³ WATANABE, Kazuo. Cultura da sentença e cultura da pacificação. In: YARSHELL, Flávio Luiz; ZANOIDE DE MORAES, Maurício (Org.). *Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ, 2005.

mediação para o Brasil tem no seu espírito a redução máxima de processos a serem ajuizados, visto que em nosso país está sendo implantada por previsão legal. É de dizer, portanto, que essas duas estruturas judiciais e culturais são totalmente distintas, uma vez que a realidade sociojurídica americana é da justiça privada,⁴ em que as partes são consideradas capazes de resolver suas demandas sem a intervenção do Estado, enquanto a realidade brasileira é marcada pela tradição de que o Estado é o órgão confiável para resolver conflitos, aliás, ele não só substitui a vontade das partes, como decide quem tem o direito.

Tudo isso desafia a comunidade jurídica a discutir e compreender o que é realmente a mediação no Brasil, na medida em que esse método está explicitamente inserido como uma atividade técnica que compõe um procedimento necessário e essencial no processo judicial, consoante as regras instituídas na lei de mediação (Lei n.º 13.140/2015) e no “novo” Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015), ambos com início de vigência em 2016, definindo o marco legal da mediação brasileira.

Diante do exposto, percebendo a existência de um entrelaçamento entre a mediação e a jurisdição, propomos a problemática de saber se é possível a mediação e a jurisdição brasileira, por um critério de hibridez, entrelaçarem-se como um procedimento parajurisdicional de resolução adequada de conflitos, pressupondo que isso se dá por força do regime de cooperação estabelecido no artigo 6.º do Código de Processo Civil de 2015, e também porque a mediação no Brasil investe-se de judicialidade, seja em espaço do próprio Poder Judiciário, seja em espaços privados, porém, a ele, de alguma forma, direta ou indiretamente, vinculados.

A pesquisa tem por escopo o desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre um fenômeno jurídico atual, a mediação, concebida no sentido amplo e adjetivado de mediação judicial, a qual é considerada, por lei, como uma atividade técnica, porém sem noções teóricas específicas e singularizadas da cultura judiciária brasileira. Outro aspecto motivador para estudar a mediação no contexto brasileiro diz respeito ao fato de que a prática jurídica forense não se dissocia da mediação como uma realidade no procedimento

⁴ LANDE, John; WOHL, Rachel. Listening to experienced users. Improving quality and use of commercial mediation. *Dispute Resolution Magazine*, p. 18-21, Spring 2007. Vide também: CANÁRIO, Pedro. EUA optam por mediação para resolver conflitos. *Consultor Jurídico*, jul. 2011. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2011-jul-02/mediacao-privada-primeira-opcao-resolver-conflitos-eua>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

processual, não cabendo, pois, ao exegeta nem ao juiz, tampouco aos demais operadores do direito e usuários do serviço judicial, se escusar da mediação como um método de natureza parajurisdicional consubstanciado na ordem jurídica brasileira.

Com o título *Mediação: uma parajurisdicção no sistema judicial brasileiro*, e objetivando desenvolver a pesquisa, os três eixos estruturados nesta tese decorrem de quatro objetivos: (i) descrições de noções teórico-conceituais da mediação norte-americana; (ii) comparação da experiência da mediação norte-americana com a prática da mediação brasileira; (iii) construção de uma definição da mediação como uma atividade técnica parajurisdicional no sistema processual civil brasileiro; e (iv) propostas de supressão e aperfeiçoamento de artigos de lei que orientam a elaboração de quatro capítulos.

No primeiro capítulo, faz-se uma descrição da mediação no Brasil, apesar de a proposta de justiça privada de resolução de conflitos trazer em seu fundamento a força e as características da função estatal da jurisdição e definir que a mediação, embora com todo o ferramental de técnicas negociais adaptado, não guarda similaridade com a experiência norte-americana.

No segundo capítulo descrevem-se o percurso da prática da mediação e a sua construção teórica nos Estados Unidos, a teorização das técnicas da mediação e sua interpretação em países da União Europeia.

Dessas articulações, o terceiro capítulo desenvolve-se com uma noção conceitual ou uma definição técnico-jurídica da mediação, sua comparação com os outros meios consensuais de solução de conflitos e seus modelos.

Ainda no terceiro capítulo estabelece-se uma comparação entre a conciliação e a mediação, com suas similaridades e diferenças, e indaga-se: há necessidade da diferenciação legislativa entre ambas?

No quarto capítulo, este estudo visa, também, apresentar à comunidade jurídica uma reflexão que possa se desdobrar em outros amplos diálogos, tendo em vista que a mediação brasileira como está regulamentada em lei, denotando características de obrigatoriedade procedimental, revela-se como um fenômeno que tem particularidade própria e singularidades técnicas, exigindo uma teoria específica que possa fundamentar a

essência do pragmatismo imposto pela lei da mediação, pelo procedimento processual e pela metodologia judiciária estabelecidos no novo Código de Processo Civil, e indaga-se: o que é parajurisdição?

Além disso, no quarto capítulo serão apresentadas propostas de supressão de artigos de lei e sugestões de aperfeiçoamento de artigos existentes, com a finalidade de contribuir com a melhora da mediação no sistema judicial brasileiro.

Para isso, a fundamentação das noções teóricas conceituais é desenvolvida a partir da doutrina nacional e estrangeira, especialmente a espanhola. Cabe ressaltar que os estudos doutrinários espanhóis, por seu turno, contêm análise a respeito da doutrina norte-americana. No entanto, a mediação em solo europeu, à exceção da Itália, ainda carece de prática, tendo em vista que a sua legislação coloca a mediação como um método extrajudicial de natureza exclusivamente voluntária, respeitando-se a tradição cultural da credibilidade judiciária.

A mediação internacional realizada em países da Comunidade Europeia, como Espanha, Portugal e Itália, é regulamentada pela transposição da Diretiva n.º 52/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho da Comunidade Europeia e por meio de leis que contemplam a mediação apenas para assuntos civis e mercantis em conflitos transfronteiriços entre Estados-membros, bem como a aplicabilidade delas em nível interno de cada país.

CONCLUSÃO

Em nosso ordenamento jurídico, o instituto da mediação resulta de uma adaptação instrumental de técnicas negociais que decorre da implantação de política pública no sistema jurisdicional que, entre outros objetivos, faz parte da busca por sistema que contemple variadas alternativas para solução de conflitos.

Entretanto, a praxe brasileira é a da justiça adversarial, cuja cultura está “calcada” em procedimentos elaborados para determinar um “vencedor da disputa”, sendo necessária a mudança de tal mentalidade, a ser desenvolvida com a participação não somente dos operadores do direito, como também de toda a sociedade, pois não será apenas a aplicação das técnicas negociais que trará resultados eficazes para a redução de conflitos.

A mediação, como meio adequado de solução de conflitos, pode desempenhar papel relevante no sistema jurisdicional, no que diz respeito à participação das partes na obtenção do “resultado”, corroborando a busca da pacificação social e economia processual.

Ao longo do desenvolvimento da tese, foram analisados aspectos da construção teórica da mediação nos Estados Unidos, em que se verificou que o custo-benefício de tal modo de solução de controvérsias faz com que a mediação seja amplamente utilizada. A “preferência” dos usuários norte-americanos pela mediação é, pois, de cunho nitidamente econômico, sendo a escolha da mediação modo de evitar a utilização do sistema judicial, por ser este extremamente oneroso e demorado.

Na comparação da mediação entre a realidade norte-americana e a brasileira, conclui-se que as causas e o modo de utilização do instituto são totalmente diversas. Embora esteja presente, em ambas, a “meta” da redução de ações judiciais, aquela se compõe de uma justiça privativa cuja teoria foi construída ao longo dos anos, com a participação popular que visa resolver diretamente os seus litígios, enquanto esta se encontra imbricada no Judiciário, imposta legislativamente em confronto com a mentalidade adversarial dos seus usuários e dos próprios operadores do direito.

A aplicação das ADRs por países da União Europeia é feita por importação e interpretação das técnicas negociais experimentadas nos Estados Unidos, em atendimento às Diretivas impostas pelo Conselho da Europa que tenta readaptá-las, divulgá-las e, de certa forma, impô-las aos seus Estados-Membros, os quais efetuam uma adaptação dessas técnicas negociais da mediação dentro dos seus espaços jurídicos, praticando a mediação para os assuntos transfronteiriços, e cada qual concomitantemente tenta utilizá-las para assuntos internos, com as suas próprias especificidades, haja vista que cada Estado elabora sua legislação interna.

No Brasil, a forma direta de legislar sem a devida vivência do instituto da mediação coloca-a como uma “imposição” aos jurisdicionados que estão arraigados ao costume do sistema adversarial, o que é totalmente distinto do movimento norte-americano, em que o instituto da mediação nasceu da vivência de práticas locais, cujos experimentos evoluíram constantemente até chegar a uma uniformização, quando então foram criadas as normas.

Há argumentos favoráveis à obrigatoriedade da mediação: endoprocessual, por exemplo, a sua eficiência na questão de desafogar os tribunais, o que tem provocado a resistência dos advogados que, no geral, ainda criticam o instituto mesmo sem utilizá-lo.

Algumas das vantagens da mediação, que devem ser colocadas em primeiro lugar, estão ligadas à liberdade de aceitação voluntária do processo de mediação, como a boa vontade e a abordagem do *slogan* do ganha-ganha, em que inexiste um perdedor, pois o resultado decorre de consenso, diferente do processo judicial, em que se tem o ganha-perde, ou seja, para que um saia vencedor o outro terá que perder.

O legislador brasileiro optou pela obrigatoriedade da audiência de conciliação ou mediação, conforme o artigo 334 do Código de Processo Civil e o artigo 27 da Lei de Mediação, não sendo possível o acatamento unilateral do desinteresse pela autocomposição.

A obrigatoriedade da mediação confronta um dos princípios básicos que a regem, qual seja a ideia de autonomia da vontade (ou voluntariedade), que visa prestigiar a espontaneidade da busca por consenso, o que fica prejudicado pela “escolha” de nosso legislador.

De qualquer modo, verificou-se a necessidade de os operadores do direito estarem imbuídos do espírito cooperativo preconizado pelo novo regime processual e se disporem a uma mudança de cultura e mentalidade, o que pode propiciar melhores resultados para a mediação, encarando-a não como mera formalidade procedimental, e sim como uma real forma de solução consensual de controvérsia, que em muito pode contribuir para a pacificação dos conflitos.

A despeito do anteriormente exposto, desde que haja essa mentalidade “cooperativa” (das partes e de seus advogados), o disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil e no artigo 27 da Lei n.º 13.140/2015, com o comparecimento das partes para uma tentativa de restabelecimento do diálogo entre elas, pode trazer resultados úteis ao sistema processual.

No campo das ciências, as construções terminológicas são exigências para identificar um fenômeno, de modo que as pré-concepções de senso comum sejam investidas de uma linguagem técnica e também os significados possam possibilitar compreensões exegeticas. Assim, tanto conceituar como definir um termo, a elaboração perpassa por características e natureza específicas do fenômeno observado.

Procurou-se conceituar o termo “parajurisdição”, que se compõe de dois vocábulos, “para” e “jurisdição”, cujo significado não traz uma realidade dicotômica de dois espaços distintos, e sim de complementaridade, visto que na base jurídico-legal em que se encontra a mediação no Brasil a “parajurisdição” vem complementar a jurisdição, auxiliando-a na solução de litígios.

Nesse contexto, ao longo do desenvolvimento da tese, verificou-se que o incentivo ao uso dos meios consensuais de solução de conflitos no Código de Processo Civil, conforme o § 2.º do artigo 3.º da Lei n.º 13.105/2015, bem como a Lei da Mediação n.º 13.140/2015, não se encaixam no conceito de jurisdição, haja vista que, embora também busque pacificação, não o faz por intermédio da imposição de uma solução.

Independentemente disto, por escolha do legislador, verifica-se que a mediação está imbricada no Judiciário, quer seja preprocessual, quando realizada em um Cejusc, quer seja de modo endoprocessual, quando efetuada no âmbito de um processo judicial.

A relevância prática em estabelecer que a mediação se insira no Judiciário como um procedimento de parajurisdição contribui para evitar confusões quanto ao conceito de jurisdição, ou seja, ao desenvolver o conceito de parajurisdição, a tese procura contribuir para que fique devidamente estabelecida a diferenciação teórica entre o que é atividade jurisdicional e o que não é. Nesse âmbito, a mediação constitui-se de um procedimento que não se insere no conceito de jurisdição em vista da diferente metodologia utilizada em face da ideia de prevalência do princípio da voluntariedade das partes, em contraponto à sentença de mérito dotada de imperatividade e que visa impor a aplicação do direito ao caso concreto.

Por isso a tese propõe o seguinte conceito: parajurisdição é um critério vinculativo entre os meios consensuais de solução de conflitos e a jurisdição, consistindo numa distribuição de funções e atividades técnicas coordenadas em prol de resoluções pacíficas de conflitos e numa forma procedimental, coordenada em atos essenciais e necessários a serem realizados pelas partes, mediadores e juízes, em regime de cooperação e de corresponsabilidade para a satisfativa e justa realização do direito por meio de amplo acesso à justiça.

São várias as evidências de entrelaçamento entre a jurisdição e a parajurisdição e, nesse sentido, afirmamos que paralelamente à jurisdição, numa condição de complementaridade, há a parajurisdição, que é destituída de dar efetividade ao ordenamento judicial, mas cumpre um dos escopos que lhe é inerente, a pacificação social.

A atividade parajurisdicional vem auxiliar o Poder Estatal a cumprir um dos principais escopos da atividade jurisdicional, consubstanciada na pacificação dos conflitos existentes entre os indivíduos da sociedade, ou seja, ela atua conjuntamente com as partes interessadas com o intuito de eliminar o conflito existente entre elas, e seu objetivo é contribuir para a eliminação dos problemas, o que resulta na diminuição de processos.

Quanto às propostas de alteração legislativa, entendemos que a diferenciação entre conciliação e mediação relaciona-se com o tipo de conflito, ou seja, a primeira destina-se à resolução de conflitos, em que não haverá uma relação continuada entre as partes, e a segunda é igualmente voltada à resolução de conflitos, mas não existirá tal relação. No entanto, na aplicação prática das técnicas negociais em nosso ordenamento, a conciliação e a mediação se confundem, sendo desnecessária a sua distinção, pois o

objetivo final é o acordo, ou seja, o consenso entre as partes, razão pela qual propomos nesta tese a supressão dos §§ 1.º e 2.º do artigo 165 do Código de Processo Civil, visto que a conciliação é uma das técnicas negociais da mediação.

Ressaltamos que a supressão dos §§ 1.º e 2.º do artigo 165 do Código de Processo Civil, que diferenciam as atividades do conciliador e do mediador, levará o operador do direito a uma compreensão mais ampla da mediação que abrange a conciliação como uma de suas técnicas negociais, quando trata de disputas relativas a interesses mais simples que não terão repercussão futura, ou seja, as partes resolvem o problema ali na presença do terceiro facilitador e o relacionamento entre elas concluir-se-á com o termo do acordo e o seu cumprimento. Essa supressão simplificará a compreensão da mediação e acabará com quaisquer dúvidas sobre a aplicação das diversas técnicas negociais da justiça conciliativa.

Também o § 5.º do artigo 167 do Código de Processo Civil necessita de aperfeiçoamento, uma vez que esse dispositivo inibe a atuação do operador do direito como mediador, pois o impede, de forma muito ampla, de exercer a advocacia, razão pela qual nossa proposta é aperfeiçoar a prescrição legal, restringindo a atuação do mediador para aquelas partes que estão em processo de mediação, ou seja, o advogado mediador não poderia exercer a advocacia em processo que envolva aquelas partes que participaram do processo de mediação, dentro do prazo previsto no artigo 172, ou seja, pelo prazo de um ano.

Outra proposta de aperfeiçoamento refere-se à denominação da audiência de conciliação ou mediação para “sessão de mediação”, pois, uma vez que não é necessária a participação do juiz e é realizada por terceiros cadastrados no tribunal na conformidade do *caput* do artigo 167 do Código de Processo Civil, de maneira mais informal, há a necessidade de diferenciá-la da audiência judicial, visto que esta é mais solene e sempre presidida por um juiz.

As demais sugestões de aperfeiçoamento se referem a adaptações para a eliminação das palavras “conciliação” e “conciliador”, tanto dos artigos que compõem a Seção V do Código de Processo Civil quanto do artigo 24 da Lei de Mediação.

Essas são as reflexões consideradas pertinentes para embasar o aperfeiçoamento do instituto da mediação como um procedimento parajurisdicional em nosso sistema

judicial, que contribui com um dos escopos da jurisdição, ou seja, a pacificação social e concomitantemente colabora com a preservação do conceito de jurisdição.

REFERÊNCIAS

AHRENS, Enrique. *Historia del derecho*. Buenos Aires: Editorial Impulso, [1945].

ALASTRUEY, Raquel. Court-Orderer mediación in Spain. In: BROWN, Kevin; RAYÓN, Maria Concepción (Coord.). *Mediación: experiencias en España y elrededor del mundo*. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense de Madrid. 2016. p. 121-126.

ALESSANDRO, Pietro D'. L'eccessiva durata del processo civile. *Judicium*, 14 out 2015. Disponível em: <<http://www.judicium.it/admin/saggi/656/P.%20D'Alessandro.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

ALEXANDER, Nadja. Global trends in mediation. *ADR Bulletin*, v. 6, n. 3, p. 1, 2003. Disponível em: <<http://epublications.bond.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1239&context=adr>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

ALSINA, Hugo. *Tratado teórico práctico de derecho procesal, civil y comercial*. 2. ed. Buenos Aires: Ediar, 1957. t. 2.

AMARAL SANTOS, Moacyr. *Primeiras linhas de direito processual civil*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AMORIM, José Roberto Neves; MARTINS, Sandro Gilbert. *Direito processual civil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ANDRADE, Juliana Loss de. Reconocimiento y eficacia de los acuerdos de mediación mercantil internacional. In: PINHO, Humberto Dalla Bernardino de; ANDRADE, Juliana Loss de. *Contemporary tendencies in mediation*. Madrid: Dykinson, 2015. p. 167-187.

ANDREWS, Neil. *O moderno processo civil, formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra*. São Paulo: RT, 2009.

AZEVEDO, Luiz Carlos de; CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Lições de história do processo civil romano*. São Paulo: RT, 1996.

BACRE, Aldo. *Teoría general del proceso*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1986. t. 1.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Les principes fondamentaux de la procédure civile dans la nouvelle constitution brésilienne*. São Paulo: Saraiva, p. 39-47, 1994. (Temas de direito processual, 5.)

_____. Notas sobre alguns fatores extrajurídicos no julgamento colegiado. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 19, n. 75, p. 7-23, jul.-set. 1994.

_____. *O futuro da justiça: alguns mitos*. São Paulo: Saraiva, 2004. (Temas de direito processual, 8.)

_____. *O novo processo civil brasileiro*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

_____. *O problema da duração dos processos*: premissas para uma discussão séria. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 267-377. (Temas de direito processual, 9.)

_____. *Os poderes do juiz na direção e na instrução do processo*. São Paulo: Saraiva, p. 45-46, 1989. (Temas de direito processual, 4.)

BARBOSA, Rui. *Oração aos moços*. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 1999.

BARBUGIANI, Luiz Henrique Sormani. A ética na magistratura: ponderações sobre normas e circunstâncias que interferem na prestação jurisdicional. *RIDB*, ano 3, n. 8, p. 5429-5476, 2014.

BARONA VILAR, Silvia. Justicia integral y tutela sin proceso. In: PEREZAGUA, Juan F. Herrero (Dir.). *Las transformaciones del proceso civil*. Navarra: Aranzadi, 2016. p. 19-43.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2009.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Breves notas sobre jurisdição e ação. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (Org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil*: passado, presente e futuro. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 537-555.

_____. *Efetividade do processo e técnica processual*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. Os elementos objetivos da demanda examinados à luz do contraditório. In: _____. CRUZ E TUCCI, José Rogério (Org.). *Causa de pedir e pedido no processo civil*. Questões polêmicas. São Paulo: RT, 2002. p. 13-52.

BEER, Veronica. O avanço da mediação na Itália. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 19, n. 4049, 2 ago. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30577>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BELLOSO MARTÍN, Nuria. Un reto para la mediación. El diseño para su Código deontológico. In: PINHO, Humberto Dalla Bernardino de; ANDRADE, Juliana Loss de. *Contemporary tendencies in mediation*. Madrid: Editoria Dykinson, 2015. p. 31-66.

BENETI, Sidnei Agostinho. Resolução alternativa de conflitos (ADR) e constitucionalidade. *Revista do Instituto dos Advogados*, n. 9, p. 121, jan.-jun. 2002.

BESSO, Chiara. La mediazione italiana: definizioni e tipologie. *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 250-251. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/issue/view/594>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. Bauru: Edipro, 2011.

_____. *Teoria geral do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BOVE, Mauro. Le sanzioni per la mancata cooperazione in mediazione. *Judicium*. Disponível em: <<http://www.judicium.it/admin/saggi/249/Bove%20II.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2016.

BRAGA NETO, Adolfo. Alguns aspectos relevantes sobre a mediação de conflitos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; LAGRASTA NETO, Caetano; WATANABE, Kazuo (Coord.). *Mediação e gerenciamento do processo*. Revolução na prestação jurisdicional. São Paulo: Atlas, 2008. p. 63-70.

_____. Reflexões sobre a conciliação e a mediação de conflitos. In: SALLES, Carlos Alberto de (Coord.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro*. Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 487-508.

BULLOCK, Stephen G.; GALLAGHER, Linda Rose. Surveying the state of the mediative art: a guide to institutionalizing mediation in Louisiana. *Louisiana Law Review*, v. 57, p. 890, 1997.

BUSH, Robert A. Baruch; FOLGER, Joseph P. *The promise of mediation: the transformative approach to conflict*. San Francisco: Jossey-Bass, 2005.

_____; FOLGER, Joseph P. *The promise of mediation: responding to conflict through empowerment and recognition*. San Francisco: Jossey-Bass, 1994.

CANÁRIO, Pedro. EUA optam por mediação para resolver conflitos. *Consultor Jurídico*, jul./2011. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2011-jul-02/mediacao-privada-primeira-opcao-resolver-conflitos-eua>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

CAPONI, Remo. La giustizia civile alla prova della mediazione. Disponível em: <file:///E:/Media%C3%A7%C3%A3o%20Italiana/R._Caponi_La_giustizia_civile_alla_pr ova.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

CAPPELLETTI, Mauro. Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 19, n. 74, p. 82-97, abr.-jun. 1994.

_____; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

CAREY, Teresa V. Credentialing for Mediators – To Be or Not to Be? v. 30 *University San Francisco Law Review*, v. 30, p. 635-636, 1996.

CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo: um comentário à Lei n.º 9.307/96*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CARPI, Federico. L'accesso alla Corte di Cassazione italiana e alle Corti Supreme dei Paesi Europei. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 37, v. 204, p. 198, fev. 2012.

CARVALHO, Jorge Morais. A consagração legal da mediação em Portugal. *Julgar*, n. 15, 2011. Disponível em: <<http://julgar.pt/wp-content/uploads/2014/07/11-DIVULGAR-A-Media%C3%A7%C3%A3o-em-Portugal.pdf>>. Acesso em 12 out. 2017.

CARVALHO, José Augusto. *Gramática superior da língua portuguesa*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

CEBOLA, Catia Marques. *La mediación*. Un nuevo instrumento de la administración de la justicia para la solución de conflictos. 2011. Tesis (Doctoral) – Universidad de Salamanca, Salamanca.

_____. Regulamentar a mediação: um olhar sobre a nova lei de mediação em Portugal. *Revista Brasileira de Direito*, n. 11; n. 2, p. 53-65. dez. 2015. p. 57. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5379218.pdf>>. Acesso em 12 out. 2017.

CHASE, Oscar G. Civil litigation delay in Italy and the United States. *The American Journal of Comparative Law*, v. 36, n. 1, p. 42, Winter 1988.

CHIARLONI, Sergio. Uma perspectiva comparada da crise na justiça civil e dos seus possíveis remédios. *Revista Eletrônica de Direito Processual Civil – REDP*, v. 8, p. 769-796, 2011.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituciones de derecho procesal civil*. Buenos Aires: Valetta Ediciones, v. 1 e 2, 2005.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. *Teoria geral do processo*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

COBAS COBIELLA, María Elena. Resolución extrajudicial de conflictos en la era de la modernización de la justicia. Algunas reflexiones sobre la mediación. In: PARDO IRANZO, Virginia (Dir.) *La mediación: algunas cuestiones de actualidad*. Valencia: Tirant lo Blanc, 2015. p. 17-45.

COMOGLIO, Luigi Paolo. Accesso alle corti e garanzie costituzionali. In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de. *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ, 2005.

COMOGLIO, Luigi Paolo. La durata ragionabile del processo e le forme alternative di tutela. *Rivista di Diritto Processuale*, Milano, anno 62 (seconda serie), n. 3, p. 591-619, magg.-giugno 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em números 2017: ano-base 2016. Brasília: CNJ, 2017.

_____. *Manual de mediação judicial: de acordo com a Lei 13.140/15 (Lei da mediação), a Lei 13.105/15 (Novo Código de Processo Civil) e a Emenda 2 da Resolução 125/10*. Brasília: CNJ – Conselho Nacional de Justiça, 2016.

CONSOLO, Claudio. *Le tutele*. Spiegazioni di diritto processuale civile. 4. ed. Bologna: Cisalpino, 2000. t. 1.

CORDÓN, Faustino. *Introducción al derecho procesal*. 3. ed. Pamplona: Eunsa, 1998.

COSER, Lewis. *Nuevos aportes a la teoría del conflicto social*. Buenos Aires: Amorrortu, 1970. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Dropbox/ARTIGOS%20-%20MEDIA%C3%87%C3%83O/Nuevos-aportes-a-la-teor%C3%ADa-del-conflicto-social%20-%20L%20Coser.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

COSTA, Alexandre Araújo. Cartografia dos métodos de composição de conflitos. In: AZEVEDO, André Gomma de (Org.). *Estudos em arbitragem, mediação e negociação*. Brasília: Grupos de Pesquisa, 2004. v. 3.

COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del derecho procesal civil*. Argentina: Puntotex, 2010. v. 1.

_____. *Introdução ao estudo do processo civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

CROOK, Jason A. *¿Que es la resolución alternativa de disputas (ADR)?*. Londres: Chartered Institute of Arbitrators, 2011.

CRUZ E TUCCI, José Rogério (Coord.). *Garantia do processo sem dilações indevidas. Garantias constitucionais do processo civil*. São Paulo: RT, 1999.

_____. *Tempo e processo*. São Paulo: RT, 1997.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da teoria geral do Estado*. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2002.

DEMARCHI, Juliana. Técnica de conciliação e mediação. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; LAGRASTA NETO, Caetano; WATANABE, Kazuo. (Coord.). *Mediação e gerenciamento do processo*. Revolução na prestação jurisdicional. São Paulo: Atlas, 2008. p. 49-62.

DIDIER JR., Fredie. O princípio da cooperação: uma apresentação. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 30, n. 127, p. 75-79, set. 2006.

_____. *Tutela processual civil: tutela jurisdicional individual e coletiva*. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2005.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Fundamentos do processo civil moderno*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. v. 1.

_____. *Instituições de direito processual civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. v. 1.

DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de introdução à ciência do direito*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

_____. *Teoria geral do direito*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1.

DI IORIO, Alfredo. *Lineamientos de la teoria general del derecho procesal: propuesta de un derecho jurisdiccional*. Buenos Aires: Depalma, 1994.

DIRECTIVA 2008/52/CE do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia, 20 maio 2008, p. L. 136/3. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/mhb_MA_27840.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

DITTRICH, Lotario. Il procedimento di mediazione nel D. Lgs. N. 28 del 4 marzo 2010. *Judicium*. Disponível em: <<http://www.judicium.it/admin/saggi/33/mediazione%20Dittich.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2016.

DUARTE, Zulmar. A difícil conciliação entre o Novo CPC e a Lei de Mediação. 2015. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/a-a-dificil-conciliacao-entre-o-novo-cpc-e-a-lei-de-mediacao>>. Acesso em: 7 maio 2016.

DUPLÁ MARÍN, Maria Teresa (Coord.). *El régimen jurídico de la mediación familiar en España*. Santiago de Compostela: Andavira, 2012.

ESPINA BARRIO, Ángel Baldomero. *Conflicto y cooperación: antropología en Castilla y León e Iberoamérica*, VIII. Salamanca: Diputación de Salamanca, 2005.

_____. Culturas locales iberoamericanas, comunicación e interculturalidad. In: _____. (Coord.). *Conocimiento local, comunicación e interculturalidad*. Recife: Massangana, 2006.

ETXEBERRIA GURIDI, José Francisco. ¿Es la resolución alternativa de conflictos la solución para todos los problemas del sistema judicial español?. In: ORDEÑANA GEZURAGA, Ixusco; URIARTE RICOTE, Maite. *Justicia en tiempo de crisis*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2015. p. 99-121.

EUROPEAN JUDICIAL SYSTEMS. Efficiency and quality of justice. Bruxelas: CEPEJ, 2012.

FABRETTI, Daniel. Conciliação e mediação em juízo. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; LAGRASTA NETO, Caetano; WATANABE, Kazuo (Coord.). *Mediação e gerenciamento do processo: revolução na prestação jurisdicional*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 71-82.

FACCHINI NETO, Eugênio. MACEDO, Elaine Harzheim; Fuga da jurisdição? Reflexões sobre a busca de alternativas à jurisdição. *Revista de Direito Brasileiro*. a. 5, v. 10, p. 106-149. 2015.

FALCÓN, Enrique M. *Sistemas alternativos de resolver conflictos jurídicos: negociación, mediación, conciliación*. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 2012.

FALECH, Diego; TARTUCE, Fernanda. Introdução histórica e modelos de mediação. Disponível em: <<http://www.fernandatartuce.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Introducao-historica-e-modelos-de-mediacao-Faleck-e-Tartuce.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FARIA, José Eduardo. O Judiciário e o desenvolvimento socioeconômico. In: _____. (Org.). *Direitos humanos, direitos sociais e justiça*. São Paulo: Malheiros, 2010.

FENECH, Miguel. *Derecho procesal civil*. 2. ed. Madrid: Agesa, 1986.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo: Atlas, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Arbitragem: legislação nacional e estrangeira e o monopólio jurisdicional*. São Paulo: LTr, 1999.

FILNER, Barbara; JENKINS, Michael. Performance based evaluation of mediators: the San Diego Mediation Experience. *University San Francisco Law Review*, v. 647, p. 659, 1996.

FIGURELLI, José Osmir; MALHADAS JUNIOR, Marcos Julio Olivé; MORAES, Daniel Lopes. *Psicologia na mediação: inovando a gestão de conflitos interpessoais e organizacionais*. São Paulo: LTr, 2004.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. *Como chegar ao sim: a negociação de acordos sem concessões*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 21-32.

FISS, Owen M. Against Settlement. *Yale Law Journal*, v. 93, p. 1073, HeinOnline – 93 Yale L.J. 1073 1983-1984.

_____. *Direito como razão pública: processo, jurisdição e sociedade*. Coordenação da tradução de Carlos Alberto de Salles. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2017.

_____. The history of an idea. *Fordham Law Review*. v. 78, p. 1273-1280, 2009. p. 1277. Disponível em: <<http://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4507&context=flr>>. Acesso em: 12 out. 2017.

FREITAS JR., Antônio Rodrigues de. Conflitos de justiça e limites da mediação para a difusão da cultura da paz. In: SALLES, Carlos Alberto (Coord.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 509-534.

GABBAY, Daniela Monteiro. *Mediação & Judiciário no Brasil e nos EUA: condições, desafios e limites para a institucionalização da mediação no judiciário*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

_____. Negociação. In: RICHIA, Morgana de Almeida; PELUZO, Antonio Cezar. (Coord.) *Conciliação e mediação: estruturação da política judiciária nacional*. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 211-225.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Princípio constitucional da tutela jurisdicional sem dilações indevidas e o julgamento antecipadíssimo da lide. *Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil*, São Paulo, ano 7, n. 45, p. 105-106, jan.-fev. 2007.

GALANTER, Marc. A settlement judge, not a trial judge: judicial mediation in the United States. *Journal of Law & Society*, v. 12, n. I, p. 1-18, spring 1985. p. 2-3. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1410244>>. Acesso em: 11 out. 2017.

GENTRY, Deborah B. Mediator attitudes and preferences concerning mediator certification. San Francisco, *Mediation Quarterly*, v. 11, p. 353-359, 1994.

_____. The certification movement: past, present and future. *Mediation Quarterly*, San Francisco, v. 11, p. 288, 1994.

GHIRCA, Maia Francesca. Gli strumenti alternativi di risoluzione delle controversie nel quadro della riforma del diritto societario. *Studi di diritto processuale civile in onore di Giuseppe Tarzia*. Milano: Giuffrè, 2005. t. 3, p. 2007-2036.

GLASER, Tania. Sara Cobb, empowerment and mediation: a narrative perspective. *Negotiation Journal* v. 9, n. 3, p. 245-255, July 1993. Summary by Tanya Glaser. Disponível em: <<http://www.colorado.edu/conflict/transform/cobb.htm>>. Acesso em: 13 out. 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1.

GOUVEIA, Lúcio Grassi de. A função legitimadora do princípio da cooperação intersubjetiva no processo civil brasileiro. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 14, n. 172, p. 32-53, jun. 2009.

GOUVEIA, Mariana França; GAROUPA, Nuno; MAGALHÃES, Pedro (Coord.). *O sistema judiciário: justiça econômica em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012. v. 1.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1.

GRECO, Leonardo. Garantias fundamentais do processo: o processo justo. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15708-15709-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GRECO, Leonardo. Novas perspectivas da efetividade e do garantismo processual. In: RODRIGUES, Walter dos Santos; SOUZA, Marcia Cristina Xavier (Coord.). *O novo Código de Processo Civil*. O projeto do CPC e o desafio das garantias fundamentais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 1-45.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A crise do Poder Judiciário. *Revista de Direito da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 34, p. 11, dez. 1990.

_____. Deformalização do processo e deformalização das controvérsias. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 12, n. 46, p. 60-83, abr.-jun. 1987.

_____. *Ensaio sobre a processualidade: fundamentos para uma nova teoria geral do processo*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

_____. O minissistema brasileiro de justiça consensual: compatibilidades e incompatibilidades. Disponível em: <<http://dirittoetutela.uniroma2.it/files/2013/03/Origens-e-evolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. Os fundamentos da justiça conciliativa. In: _____; LAGRASTA NETO, Caetano; WATANABE, Kazuo (Coord.). *Mediação e gerenciamento do processo*. Revolução na prestação jurisdicional. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Os métodos consensuais de solução de conflitos no Novo Código de Processo Civil. *Prodireito – Direito Processual Civil*. v. 1, p. 51-53. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/arquivos/2016/1/art20160105-01.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

GUASP, Jaime. *Derecho procesal civil*. 4. ed. Madrid: Civitas, 1998.

HALE, Durval; PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. *O marco legal da mediação no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2015.

HANSEN, Toran. The Narrative Approach to Mediation. Disponível em: <<http://www.mediate.com/articles/hansenT.cfm>>. Acesso em: 21 out. 2017.

HARDY, Will. Mandatory mediation. Disponível em: <<http://willhardy.com.au/legal-essays/mandatory-mediation/view/>>. Disponível em: 29 maio 2016.

HARGES, Bobby Marzine. Mediator qualifications: the trend toward professionalization. *Brigham Young University Law Review*, v. 687, p. 695, 1997.

HAZARD JR., Geoffrey C. Costo e durata del processo in Italia e in U.S.A. *Rivista di Diritto Civile*, Padova, anno 32, n. 3, p. 271-272, 1986.

HEGENBERG, Leonidas. *Definições: termos teóricos e significado*. São Paulo: Cultrix, 1974.

HILL, Flávia Pereira. A nova lei de mediação italiana. *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 294-321. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/issue/view/594>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

KELSEN, Hans. *Teoria geral das normas*. Tradução de José Florentino Duarte. Porto Alegre: Fabris, 1986.

KOCK, Ingedore Grunfeld Vilaça; SILVA, Maria Cecília Pérez de Souza. *Linguística aplicada ao português: morfologia*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

KOLB, Deborah M. *The mediators*. Cambridge-Massachusetts: The Mit-Press, 1983.

LACERDA, Galeno. Dos juizados de pequenas causas. *Revista Ajuris*, n. 27, p. 7-8, mar. 1983.

LAGRASTA, Valeria Ferioli (Coord.). *Guia Prático de Funcionamento do Cejusc*: Centro Judiciário de Solução de Conflitos. 2. ed. São Paulo: IPAM, 2016.

LANDE, John; WOHL, Rachel. Listening to experienced users. Improving quality and use of commercial mediation. *Dispute resolution magazine*. Spring, 2007. p. 18-21.

LEONEL, Ricardo de Barros. Revisitando a teoria geral dos recursos: o efeito suspensivo. In: NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins*. São Paulo: RT, 2006. v. 9, p. 466-526.

LE ROY, Etienne. O lugar da juridicidade na mediação. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 289-324, 2012.

LIEBMAN, Enrico Tulio. *Manual de direito processual civil*. Trad. Cândido Rangel Dinamarco. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

LIVRO VERDE. Sobre os modos alternativos de resolução dos litígios em matéria civil e comercial. Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 19 abr. 2002, COM(2002) 196 final.

LOIČ, Cadiet. I modi alternativi di regolamento dei conflitti in Francia tra tradizione e modernità. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, Milano: Giuffrè, ano 60, n. 4, p. 1169-1194, 2006.

LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. A contribuição dos meios alternativos para a solução das controvérsias. In: SALLES, Carlos Alberto de (Coord.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 599-626.

_____. *Prestação jurisdicional pelo Estado e meios alternativos de solução de controvérsias: convivência e formas de pacificação social. Uma sugestão de integração*. 2006. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo.

LUCARELLI, Paola. La mediazione obbligatoria fra ordine del giudice e principio de effettività: verso una riduzione certa e significativa dei processi pendenti. *Judicium*. Disponível em: <<http://www.judicium.it/admin/saggi/570/Lucarelli.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2016.

LUGO, Andrea. *Manuale de diritto processuale civile*. 16. ed. Milano: Giuffrè, 2006.

LUNELLI, Carlos Alberto; CASTILLO, Armando Meraz. Jurisdicción y medios alternativos de resolución de conflictos: una opción para las cuestiones ambientales. *Opinión Jurídica*, Medellín: Universidad de Medellín, v. 13, n. 26, p. 17-32. jul.-dic. 2014.

MACAMBIRA, José Rebouças. *Português estrutural*. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli, 1978.

MACEDO, Elaine Harzheim; FACCHINI NETO, Eugênio. Fuga da jurisdição? Reflexões sobre a busca de alternativas à jurisdição. *Revista de Direito Brasileira*, ano 5, v. 10, p. 106-149. 2015.

MACIEIRA, Jorge. Balanço sobre o novo processo Civil. Mediação de conflitos. Lisboa, 2016. Disponível em: <www.macieira-law.pt/downloads/novoCPC_mediacao.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

MAGALHÃES, Luisa Maria Alves Machado. A evolução do regime jurídico da mediação em Portugal: os antecedentes normativos de maior relevo até a Lei n.º 29/2013 de 19 de abril. *Revista da Faculdade de Direito e Ciência Política*, Porto, n. 9, p. 155-193, 2017.

_____. *Mediação. Alguns aspectos no contexto da Lei n.º 29/2013 de 19 de abril. A mediabilidade dos litígios e a transacção*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Coimbra e da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona do Porto, Porto.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Acesso à justiça*. São Paulo: RT, 2011.

_____. *A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo estado de direito*. 2. ed. São Paulo: RT, 2014.

MANDRIOLI, Crisanto. *Diritto processuale civile*. Nozioni introduttive e disposizioni generali. 30. ed. Torino: G. Giappichelli, 2000.

MARCATO, Antonio Carlos. Algumas considerações sobre a crise da justiça. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz. (Org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 21-42.

_____. Considerações sobre a tutela jurisdicional diferenciada. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 7, n. 59, 1.º out. 2002. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/3350>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

MARCOS GONZÁLEZ, María. El proceso judicial y la mediación en obligaciones civiles y mercantiles. In: ORDEÑANA GEZURAGA, Ixusko; URIARTE RICOTE, Maite. *Justicia en tiempo de crisis*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2015. p. 123-151.

_____. *Retos de la justicia en España*. Algunas aportaciones de derecho comparado. Lisboa: Juruá, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Teoria geral do processo*. 6. ed. São Paulo: RT, 2012.

MARTÍN DIZ, Fernando. *La mediación: sistema complementario de Administración de Justicia*. Madrid: Consejo General del Poder Judicial, 2009.

MARTINS, Daniel Valério. *Intraculturalidade nas comunidades indígenas da região metropolitana de Fortaleza-CE Brasil: caminho para o desenvolvimento e sobreculturalidade*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2016. p. 255-263. (Colección Victor 396.)

MARTIN, Stavos. Mandatory mediation strikes back, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.mediate.com/articles/SvatosM1.cfm>>. Acesso em: 28 maio 2016.

MEJIAS GOMEZ, Juan Francisco. *La mediación como forma de tutela judicial efetiva*. Madrid: El Derecho y Quantor, 2009.

MENDONÇA, Fernando Hideki. *Entrando em consenso sobre a obrigatoriedade da audiência de conciliação ou mediação preliminar*. 2016. Tese de Láurea – USP, São Paulo.

MITIDIERO, Daniel. *Colaboração no processo civil*. São Paulo: RT, 2009.

MNOOKIN, Robert H.; ROSS, Lee. Introdução. In: ARROW, Kenneth et al. (Coord.). *Barreiras para resolução de conflitos*. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 31-59.

MONTELEONE, Girolano. *Diritto processuale civile*. 2. ed. Milano: Cedam, 2000.

_____. La mediazione “forzata”. *Judicium*. Il processo civile in Italia e in Europa. Disponível em: <<http://www.judicium.it/admin/saggi/38/Monteleone,%20mediazione%20forzata.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2016.

MONTERO AROCA, Juan. Las materias de libre disposición en el arbitraje y en la mediación. In: PARDO IRANZO, Virginia (Dir.). *La mediación: algunas cuestiones de actualidad*. Valencia: Tirant lo Blanc, 2015. p. 47-61.

MONTESANO, Luigi; ARIETA, Giovanni. *Diritto processuale Civile*. Le disposizioni generali. 3. ed. Torino: G. Giappichelli, 1999.

MONTORO, André Franco. *Estudos de filosofia do direito*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MUÑOZ, Helena Soletto. La mediación: método de resolución alternativa de conflictos en el proceso civil español. *Revista Eletrônica de Direito Processual Civil*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 66-88, jan.-jun. 2009.

NALINI, José Renato. A crise do direito e o resgate da ética. *LEX: Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais*, São Paulo, v. 11, n. 113. p. 9-18. jan. 1999.

_____. Os três eixos da reforma do Judiciário. *Revista do Advogado*, São Paulo, ano 24, n. 75, p. 67-72, abr. 2004.

NOLAN-HALEY, Jacqueline M. The merger of law and mediation: lessons from equity jurisprudence and Roscoe Pound. *Cardozo Journal of Dispute Resolution*, v. 6, p. 57-58, 2004.

OLIVA SANTOS, Andrés de la; DíEZ-PICAZO GIMÉNEZ, Ignacio; VEGAS TORRES, Jaime. *Curso de derecho procesal civil I*. 3. ed. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2016.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Poderes do juiz e visão cooperativa do processo. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Coimbra, v. 64, n. 1 e 2, p. 179-203, 2003.

ORDENANA GEZURAGA, Ixusco. La mediación concursal empresarial encuanto paradigma de las posibilidades de los mecanismos ADR. Estudio crítico de su régimen jurídico en el ordenamiento jurídico español. In: _____. URIARTE RICOTE, Maite. *Justicia en tiempo de crisis*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2015. p. 261-291.

PARDO IRANZO, Virginia. La finalización del procedimiento de mediación y la realización forzosa del acuerdo: principais cuestiones controvertidas. In: _____. (Dir.). *La mediación: algunas cuestiones de actualidad*. Valencia: Tirant lo Blanc, 2015. p. 137-150.

PAREDES PÉREZ, José Ignacio. La mediación en el consumo transfronterizo. In: ARANA MUÑOZ, Jaime Rodríguez; RODRÍGUEZ, Mercedes de Prada (Dir.). *La mediación presente, pasado y futuro de una institución jurídica*. Coruña: Netbiblo, 2010. p. 291-304.

PAUMGARTTEN, Michele. O futuro da mediação italiana após a decisão da Corte Constitucional da República. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 404-416. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/18068/13322>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____; PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. L'esperienza italo-brasiliana nell'uso della mediazione in risposta alla crisi dell monopolio statale di soluzione di conflitti e la garanzia di accesso alla giustizia. *Diritto.it*. 2012. Disponível em: <www.diritto.it/docs/33346-1-esperienza-italo-brasiliana-nell-uso-della-mediazione-in-risposta-alla-crisi-del-monopolio-statale-di-soluzione-di-conflitti-e-la-garanzia-di-accesso-alla-giustizia>. Acesso em: 20 mar. 2016.

PEDROSO, Pedro. Percurso(s) da(s) reforma(s) da administração da justiça – uma nova relação entre o judicial e o não judicial. Centro de Estudos Sociais, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. p. 1-43. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/171.pdf>>. Acesso em: 1.º out. 2017.

PEÑA YAÑEZ, Maria Ángeles et al. La mediación en el ámbito familiar: cauce para resolución pacífica de los conflictos. In: ARANA MUÑOZ, Jaime Rodríguez; RODRÍGUEZ, Mercedes de Prada (Dir.). *La mediación presente, pasado y futuro de una institución jurídica*. Coruña: Netbiblo, 2010. p. 134-186.

PEREIRA, Adelyne Maria Mendes; LIMA, Luciana Dias de; MACHADO, Cristiani Vieira; FREIRE, José Manuel. Descentralização e regionalização em saúde na Espanha: trajetórias, características e condicionantes. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 39, número especial, p. 11-27, dez. 2015.

PERROT, Roger. O processo civil francês na véspera do século XXI. Tradução de José Carlos Barbosa Moreira. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 23, n. 91, p. 203-212, jul.-set. 1998.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; PAUMGARTTEN, Michele Pedrosa. Os desafios para a integração entre o sistema jurisdicional e a mediação a partir do Novo Código de processo Civil. Quais as perspectivas para a justiça brasileira? In: ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de; PANTOJA, Fernanda Medina; PELAJO, Samantha. *A mediação no novo Código de Processo Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 1-32.

_____; _____. Os efeitos colaterais da crescente tendência à judicialização da mediação. *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 191-192, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/viewFile/18068/13322>>. Acesso em: 9 maio 2016.

PINHO, Manoel Orlando de Moraes. *Dicionário de termos de negócio*. Português/Inglês. São Paulo: Atlas, 1995.

POLI, Roberto. Giusto processo e oggetto del giudizio di appello. *Rivista di Diritto Processuale*, Milano, v. 65 (seconda serie), p. 51-52, 2010.

PRESS, Sharon. Institucionalization: savior or saboteur of mediation? *Florida State University Law Review*, v. 24, n. 4, p. 903-917, summer 1997.

PROTO PISANI, Andrea. *Lezioni di diritto processuale civile*. 3. ed. Napoli: Jovene, 1999.

PUOLI, José Carlos Baptista. *Os poderes do juiz e as reformas do processo civil*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

_____. *Responsabilidade civil do promotor de justiça na tutela dos interesses coletivos*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007.

QUEK, Dorcas. Mandatory mediation: an oxymoron? Examining the feasibility of implementing a court-mandated mediation program. *Cardozo Journal of Conflict Resolution*, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265223347_Mandatory_Mediation_An_Oxymoron_Examining_the_Feasibility_of_Implementing_a_Court-Mandated_Mediation_Program>. Acesso em: 28 maio 2016.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

REDENTI, Enrico; VELLANI, Mario. *Lineamenti di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 2005.

REDONDO, Bruno Garcia. Princípio da cooperação e flexibilização do procedimento pelo juiz e pelas partes. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, v. 133, p. 9-14, abr. 2014.

RE, Edward D. Sovraccarico, lentezza e costi del processo in U.S.A. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova, anno XXXII, n. 3, p. 311-312, 1986.

REGLA, Josep Aguiló. *El arte de la mediación*. Argumentación, negociación y mediación. Madrid: Trotta, 2015.

RESOLUÇÃO n.º 125, de 29 de novembro de 2010, CNJ. Disponível: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>>. Acesso em: 22 maio 2017.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typ. Jorge Seckler, 1881.

RISKIN, Leonard. Understanding mediators' orientations, strategies, and techniques: a grid for the perplexed. *Harvard Negotiation Law Review*, v. 7, p. 7-51, 1996.

RODOVALHO, Thiago. Mediação obrigatória? 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/17620584/Mediação_obrigatória>. Acesso em: 7 maio 2016.

RODRIGUES, Viviane Siqueira. Preocupações com uma eficiente administração da justiça e novas tendências processuais para uma razoável duração do processo. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (Org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 741-757.

RODRIGUEZ, Carmen Callejo; JURISTO, Marina Tatud. La mediación en asuntos civiles. In: ARANA MUÑOZ, Jaime Rodríguez; RODRÍGUEZ, Mercedes de Prada (Dir.). *La mediación presente, pasado y futuro de una institución jurídica*. Coruña: Netbiblo, 2010. p. 117-133.

SACCARO, Francesca; POLIDORI, Rachele. Inquadramento della mediazione nell'ambito delle Alternative Dispute Resolutions. *Judicium*. Disponível em: <<http://www.judicium.it/admin/saggi/675/Saccaro%20Polidori.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2016.

SALLES, Carlos Alberto de. A indisponibilidade e a solução consensual de controvérsia. In: GABBAY, Daniela Monteiro; TAKAHASHI, Bruno. (Coord.), *Justiça federal: inovações nos mecanismos consensuais de solução de conflitos*. Brasília: Gazeta Jurídica, p. 209-227, 2014.

_____. *Arbitragem em processos administrativos*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. Mecanismos alternativos de solução de controvérsias e acesso à justiça: a inafastabilidade da tutela jurisdicional recolocada. In: FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Processo e constituição: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira*. São Paulo: RT, 2006. p. 779-792.

_____. *Nos braços do Leviatã: os caminhos da consensualidade e o Judiciário brasileiro*. São Paulo: USP, 2017. No prelo.

_____. Prefácio. In: TAKAHASHI, Bruno. *Desequilíbrio de poder e conciliação: o papel do conciliador em conflitos previdenciários*. Brasília: Gazeta Jurídica, p.vii-ix, 2016.

_____. Processo: procedimento dotado de normatividade: uma proposta de unificação conceitual. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz. (Org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 201-217.

SANCHIS CRESPO, Carolina. La mediación como alternativa en la gestión de conflictividad de las comunidades de vecinos. In: PARDO IRANZO, Virginia (Dir.). *La mediación: algunas cuestiones de actualidad*. Valencia: Tirant lo Blanc, 2015. p. 97-135.

SANDULLI, Piero. Il diritto alla tutela giurisdizionale alla luce della dichiarazione universale del diritto dell'uomo del 10 dicembre 1948. *Rivista Diritto Processuale*, Milano, anno 74, seconda serie, n. 2, p. 389-390, 2009.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de direito processual civil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1994. v. 1.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. *Curso sistematizado de direito processual civil*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1.

SHAW, Dana. *Mediation certification: an analysis of the aspects of mediator certification and an outlook on the trend of formulating qualifications for mediators*. Ohio: University of Toledo, 1998.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Congestionamento viário e congestionamento judiciário: reflexões sobre a garantia de acesso individual ao Poder Judiciário. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 39, v. 236, p. 13-26, out. 2014.

_____. Velhos e novos institutos fundamentais do direito processual civil. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (Org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 430-466.

SILVA, Érica Barbosa e. *Conciliação judicial*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

SOUZA, Artur Cesar de. O princípio da cooperação no Projeto do novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 19, n. 225, p. 65-80, nov. 2013.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul.-dez. 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SPIEGELMAN, Paul J. Certifying Mediators: using selection criteria to include the qualified lessons from the San Diego Experience. *University of San Francisco School of Law Review*, v. 30, p. 677 e 679, spring 1996.

SUBIJANA ZUNZUNEGUI, Ignacio José. Otro modelo de justicia: la resolución de conflictos por medios alternativos al sistema adversarial. In: ORDENANA GEZURAGA, Ixusco; URIARTE RICOTE, Maite. *Justicia en tiempo de crisis*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2015. p. 71-97.

TAKAHASHI, Bruno. *Desequilíbrio de poder e conciliação: o papel do conciliador em conflitos previdenciários*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

TALAMINI, Eduardo. Cooperação no novo CPC (primeira parte): os deveres do juiz, set. 2015. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI226236,41046-Cooperacao+no+novo+CPC+primeira+parte+os+deveres+do+juiz>>. Acesso em: 22 maio 2017.

TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*. 3. ed. São Paulo: Método, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. A arbitragem como meio de solução de controvérsias. *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 5-16, nov.-dez. 1999.

_____. *Curso de direito processual civil*. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. 1.

_____. Juiz e partes dentro de um processo fundado no princípio de cooperação. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 102, p. 62-74, set. 2011.

_____. *Processo de execução*. 20. ed. São Paulo: Leud, 2000.

TISCINI, Roberta. Il procedimento di mediazione per la conciliazione delle controversie civili e commerciali. *Judicium*. Disponível em: <<http://www.judicium.it/admin/saggi/157/Tiscini.pdf>> Acesso em: 2 maio 2016.

TOMMASEO, Ferruccio. *Lezioni di diritto processuale civile*. Milano: Cedam, 2005. v. 1.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. 5. ed. São Paulo. Método. 2017.

VERDI, Giovanni. Il processo sotto l'incubo della ragionevole durata. *Rivista di Diritto Processuale*, Padova, anno 76, seconda serie, n. 3, p. 505-529, 2011.

_____. *Profili del processo civile*. Parte generale. 5. ed. Napoli: Jovene, 1999.

VÉSCOVI, Enrique. *Teoría general del proceso*. 2. ed. Santa Fe de Bogotá: Temis, 1999.

VIGORITI, Vincenzo. Costo e durata del processo civile: spunti per una riflessione. *Rivista di Diritto Civile*, Padova, anno 32, n. 3, p. 319, 1986.

_____. Notas sobre o custo e a duração do processo civil na Itália. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 11, n. 43, p. 142-148, jul.-set. 1986.

WARAT, Luis Alberto. *O ofício do mediador*. Florianópolis: Habitus, 2001. v. 1.

WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In: _____. GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel (Coord.). *Participação e processo*. São Paulo: RT, 1988. p. 128-135.

_____. Cultura da sentença e cultura da pacificação. In: YARSHELL, Flávio Luiz; ZANOIDE DE MORAES, Maurício. (Org.) *Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ, 2005.

_____. Filosofia e características básicas do Juizado Especial de Pequenas Causas. In: WATANABE, Kazuo. (Coord.) *Juizado Especial de Pequenas Causas*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

_____. Mediação como política pública social e judiciária. *Revista do Advogado*, São Paulo, ano 34, n. 123, p. 35-39. ago. 2014.

_____. Modalidade de mediação. *Revista CEJ*, Brasília, 22, p. 47 e 50, 2013. Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/revista/seriecadernos/vol22/artigo04.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2016.

_____. Política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses: utilização dos meios alternativos de resolução de controvérsias. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz. (Org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil*. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 556-561.

WELSH, Nancy. Stepping back through the looking glass: real conversations with real disputants about institutionalized mediation and its value. *Ohio State Journal on Dispute Resolution*, v. 19, p. 671, 2004.

ZINGALES, Ignazio. La fase di mediazione abbligatoria nel quadro delle garanzie costituzionali. *Judicium*. Il processo civile in Italia e in Europa. Disponível em: <<http://www.judicium.it/admin/saggi/176/Zingales.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

ZUFELATO, Camilo. Reflexões acerca da sindicabilidade de certas decisões administrativas e a noção de inafastabilidade da tutela jurisdicional no contexto atual das

competências estatais. In: _____; YARSHELL, Flávio Luiz. (Org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 166-200.

ANEXO I

Gráfico 1 - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), por tribunal, em 2017⁴²¹

⁴²¹ *Justiça em números*. Brasília: CNJ, 2018, p. 138.

Gráfico 2 - Índice de conciliação, por tribunal estadual, em 2017⁴²²

Gráfico 3 - Índice de conciliação, por tribunal federal, em 2017⁴²³

⁴²² *Justiça em números*. Brasília: CNJ, 2018, p. 139.

⁴²³ *Id.*, *Ibid.*, p. 139

Gráfico 4 - Índice de conciliação por grau de jurisdição, por tribunal⁴²⁴ ⁴²⁴ *Justiça em números*. Brasília: CNJ, 2018, p. 140.

Gráfico 5 - Índice de conciliação nas fases de execução e conhecimento, por tribunal

⁴²⁵ *Justiça em números*. Brasília: CNJ, 2018, p. 141.

ANEXO II

Judicial mediation in civil and commercial cases in 2010⁴²⁶

Court annexed mediation - 22 States/entities -	Private mediator - 26 States/entities-	Public authority -9 States/entities -	Judge -13 States/entities -
Belgium	Albania	Bosnia and Herzegovina	Albania
Croatia	Belgium	Finland	Croatia
Denmark	Bosnia and Herzegovina	Germany	Denmark
Finland	Bulgaria	Hungary	Finland
Germany	Croatia	Malta	Germany
Greece	Estonia	Montenegro	Iceland
Hungary	Finland	Portugal	Italy
Ireland	France	Serbia	Lithuania
Lithuania	Germany	Spain	Monaco
Malta	Hungary		Norway
Monaco	Ireland		Russian Federation
Netherlands	Italy		Serbia
Romania	Lithuania		Sweden
Russian Federation	Luxembourg		
Serbia	Netherlands		
Slovenia	Norway		
Spain	Poland		
Sweden	Romania		
Switzerland	Russian Federation		
Turkey	Serbia		
UK-England and Wales	Slovakia		
UK-Northern Ireland	Slovenia		
	Sweden		
	The FYROMacedonia		
	UK-England and Wales		
	UK-Northern Ireland		

A mediação endoprocessual é largamente proporcionada em matéria civil e comercial, com a participação de 36 países. Os países que não oferecem mediação em matéria civil e comercial são: Andorra, Armenia, Áustria, Azerbaijan, Cyprus, Czech Republic, Georgia, Republic of Moldova, San Marino, Ukraine e UK-Scotland.

⁴²⁶ EUROPEAN JUDICIAL SYSTEMS. Efficiency and quality of justice. Bruxelas: CEPEJ, 2012. p. 133

Judicial mediation in family cases in 2010⁴²⁷

Court annexed Mediation - 20 States/entities -	Private mediator -25 States/entities -	Public authority -14 States/entities -	Judge -14 States/entities -
Belgium	Albania	Bosnia and Herzegovina	Albania
Croatia	Belgium	Croatia	Croatia
Denmark	Bosnia and Herzegovina	Denmark	Denmark
Finland	Bulgaria	Finland	Finland
France	Estonia	Germany	Germany
Germany	Finland	Hungary	Iceland
Hungary	France	Ireland	Italy
Lithuania	Germany	Lithuania	Lithuania
Malta	Hungary	Montenegro	Monaco
Monaco	Ireland	Norway	Norway
Netherlands	Lithuania	Portugal	Russian Federation
Romania	Luxembourg	Serbia	Serbia
Russian Federation	Malta	Spain	Sweden
Serbia	Netherlands	UK-England and Wales	UK-England and Wales
Slovenia	Norway		
Spain	Poland		
Sweden	Romania		
Switzerland	Russian Federation		
UK-England and Wales	Serbia		
UK-Northern Ireland	Slovakia		
	Slovenia		
	Sweden		
	The FYROMacedonia		
	UK-England and Wales		
	UK-Northern Ireland		

A mediação em casos de família foi aderida por muitos países, respectivamente 34 países e 30 entidades.

⁴²⁷ EUROPEAN JUDICIAL SYSTEMS. Efficiency and quality of justice. Bruxelas: CEPEJ, 2012. p. 134

Judicial mediation in administrative cases in 2010⁴²⁸

Court annexed Mediation - 8 States/entities -	Private mediator -12 States/entities	Public authority - 2 States/entities -	Judge -6 States/entities-
Croatia	Albania	Croatia	Albania
Germany	Bulgaria	Switzerland	Croatia
Monaco	Estonia		Germany
Netherlands	France		Iceland
Norway	Germany		Monaco
Serbia	Netherlands		Norway
Spain	Norway		
Turkey	Poland		
	Portugal		
	The FYROMacedonia		
	UK-England and Wales		
	UK-Northern Ireland		

⁴²⁸ EUROPEAN JUDICIAL SYSTEMS. Efficiency and quality of justice. Bruxelles: CEPEJ, 2012. p. 135.